

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	84
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	658.918.293
Preferenciais	0
Total	658.918.293
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.046.255	2.122.037	2.185.099
1.01	Ativo Circulante	29.088	25.851	22.105
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.844	5.594	5.683
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.811	2.167	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.811	2.167	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	3.811	2.167	0
1.01.03	Contas a Receber	16.435	14.957	12.081
1.01.03.01	Clientes	16.435	14.957	12.061
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	20
1.01.03.02.01	Contas a Receber e outros recebíveis - Parte Relacionadas	0	0	20
1.01.06	Tributos a Recuperar	381	746	660
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	381	746	660
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.207	997	1.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.410	1.390	2.602
1.01.08.03	Outros	1.410	1.390	2.602
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	449	447	749
1.01.08.03.20	Outros	961	943	1.853
1.02	Ativo Não Circulante	1.017.167	2.096.186	2.162.994
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	750.192	233.899	207.876
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	4.158	24.583
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	4.158	24.583
1.02.01.04	Contas a Receber	1.129	1.127	996
1.02.01.04.01	Clientes	1.129	1.127	996
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	226.379	179.959
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	226.379	179.959
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	538	1.526	1.690
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	748.525	709	648
1.02.01.10.03	Dépósito judiciais	568	709	648

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro	747.957	0	0
1.02.03	Imobilizado	13.956	14.870	17.363
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.527	3.728	5.001
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.429	11.142	12.362
1.02.04	Intangível	253.019	1.847.417	1.937.755
1.02.04.01	Intangíveis	253.019	1.847.417	1.937.755
1.02.04.01.02	Intangível	253.019	1.664.196	1.737.188
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	0	183.221	200.567

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.046.255	2.122.037	2.185.099
2.01	Passivo Circulante	206.101	164.655	173.113
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.562	5.556	5.819
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.562	5.556	5.819
2.01.02	Fornecedores	14.070	8.211	14.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.070	8.211	14.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.524	3.110	3.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.874	1.600	2.244
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.874	1.600	2.244
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.650	1.510	1.038
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	102.418	94.893	89.737
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	102.418	94.893	89.737
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	102.418	94.893	89.737
2.01.05	Outras Obrigações	18.911	17.885	33.432
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.801	2.454	17.766
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	307	137	14.841
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.494	2.317	2.925
2.01.05.02	Outros	16.110	15.431	15.666
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.939	10.866	10.439
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	512	464	444
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	2.345	639	1.503
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	4.314	3.462	3.280
2.01.06	Provisões	61.616	35.000	25.924
2.01.06.02	Outras Provisões	61.616	35.000	25.924
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	61.616	35.000	25.924
2.02	Passivo Não Circulante	1.347.941	1.314.649	1.278.533
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	217.312	315.379	408.557
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	217.312	315.379	408.557

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	217.312	315.379	408.557
2.02.02	Outras Obrigações	1.087.833	917.747	788.792
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.040.061	887.874	764.357
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.040.061	887.874	764.357
2.02.02.02	Outros	47.772	29.873	24.435
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	41.122	21.678	15.017
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	6.650	8.195	9.418
2.02.04	Provisões	42.796	81.523	81.184
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.895	53.021	47.158
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	115	211	248
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	32.780	31.084	28.570
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	0	21.726	18.340
2.02.04.02	Outras Provisões	9.901	28.502	34.026
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	9.901	28.502	34.026
2.03	Patrimônio Líquido	-507.787	642.733	733.453
2.03.01	Capital Social Realizado	1.034.789	1.034.789	1.034.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.542.576	-392.056	-301.336

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	377.951	316.714	338.460
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-284.597	-325.190	-359.990
3.03	Resultado Bruto	93.354	-8.476	-21.530
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-869.782	-44.961	-18.036
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.940	-17.989	-18.583
3.04.02.01	Despesas administrativas	-9.940	-17.989	-15.586
3.04.02.02	Remuneração da administração	0	0	-2.997
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-860.410	-27.826	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	568	854	547
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-776.428	-53.437	-39.566
3.06	Resultado Financeiro	-147.713	-83.703	-61.566
3.06.01	Receitas Financeiras	804	477	714
3.06.01.01	Receitas Financeiras	804	477	714
3.06.02	Despesas Financeiras	-148.517	-84.180	-62.280
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-148.517	-84.143	-62.238
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-37	-42
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-924.141	-137.140	-101.132
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-226.379	46.420	34.141
3.08.02	Diferido	-226.379	46.420	34.141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.150.520	-90.720	-66.991
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.150.520	-90.720	-66.991
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,7461	-0,1377	-0,1017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,7461	-0,1377	-0,1017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.150.520	-90.720	-66.991
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.150.520	-90.720	-66.991

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	139.933	112.988	104.178
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	161.733	151.840	134.195
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-1.150.520	-90.720	-66.991
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	114.929	152.246	144.990
6.01.01.04	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	0	302	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	226.379	-46.420	-34.141
6.01.01.06	Provisão para redução ao valor recuperável	684.645	27.826	0
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-114	-305	-218
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	120.415	43.692	25.177
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	16.431	27.688	31.273
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	5.118	3.652	3.635
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-16.946	8.746	3.407
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	38.670	25.133	26.517
6.01.01.14	Processo Relicitação Lei 13.448/17	247.169	0	0
6.01.01.15	Remuneração do Ativo Financeiro	-124.443	0	0
6.01.01.17	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios.	0	0	546
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.560	-40.008	-29.680
6.01.02.01	Contas a receber	-1.480	-3.027	-1.090
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	20	-14
6.01.02.03	Impostos a recuperar	430	95	-1.457
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	141	-61	-34
6.01.02.06	Fornecedores	-1.706	-2	2.670
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	400	-7.058	-7.083
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-1.182	4.948	2.314
6.01.02.09	Obrigações sociais	6	-263	-482
6.01.02.10	Obrigações fiscais	492	493	-1.210
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.706	-864	-2.625
6.01.02.17	Taxa de fiscalização	48	20	18

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-3.180	-2.883	-3.008
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	12.767	597	596
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-30.002	-32.023	-18.275
6.01.03	Outros	-240	1.156	-337
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-222	246	975
6.01.03.04	Outros créditos	-18	910	-1.312
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-84.754	-103.371	-173.921
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.482	0	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-85.835	-121.753	-157.428
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-22.670	-88.323	-47.086
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	26.877	108.872	27.018
6.02.11	Aplicação financeira	-1.644	-2.167	3.575
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.929	-9.706	70.268
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-93.552	-88.493	-39.068
6.03.07	Captação de empréstimos empresas ligadas	42.000	82.952	109.800
6.03.14	Integralização de capital	0	0	5.500
6.03.17	Pagamentos de risco sacado	0	0	-821
6.03.18	Pagamento arrendamento mercantil	-4.377	-4.165	-5.143
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-750	-89	525
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.594	5.683	5.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.844	5.594	5.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-392.056	0	642.733
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-392.056	0	642.733
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.150.520	0	-1.150.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.150.520	0	-1.150.520
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-1.542.576	0	-507.787

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-301.336	0	733.453
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-301.336	0	733.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-90.720	0	-90.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-90.720	0	-90.720
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-392.056	0	642.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.029.289	0	0	-234.345	0	794.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.029.289	0	0	-234.345	0	794.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500	0	0	0	0	5.500
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500	0	0	0	0	5.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.991	0	-66.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.991	0	-66.991
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-301.336	0	733.453

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	416.933	348.658	367.258
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	220.755	261.464	236.706
7.01.02	Outras Receitas	196.178	87.194	130.552
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	55.805	75.940	120.442
7.01.02.02	Outras	127.343	3.013	2.208
7.01.02.03	Juros Capitalizados	13.030	8.241	7.902
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.007.376	-187.279	-205.425
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-27.826	0
7.02.04	Outros	-1.007.376	-159.453	-205.425
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-34.595	-33.953	-32.661
7.02.04.02	Custo dos serviços de construção	-55.805	-75.940	-120.442
7.02.04.03	Materias, energia, serviços de terceiros e outros	-887.246	-13.124	-12.527
7.02.04.04	Custos de Concessão	-8.251	-7.576	-7.583
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-38.670	-25.133	-26.517
7.02.04.06	Outros	17.191	-3.727	-5.695
7.03	Valor Adicionado Bruto	-590.443	161.379	161.833
7.04	Retenções	-114.929	-152.246	-144.990
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-114.929	-152.246	-144.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-705.372	9.133	16.843
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	804	440	672
7.06.02	Receitas Financeiras	804	477	714
7.06.03	Outros	0	-37	-42
7.06.03.03	Outros	0	-37	-42
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-704.568	9.573	17.515
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-704.568	9.573	17.515
7.08.01	Pessoal	32.424	31.237	28.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.442	24.131	21.357
7.08.01.02	Benefícios	6.249	5.586	5.497

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.733	1.520	1.213
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	252.235	-23.290	-13.663
7.08.02.01	Federais	237.631	-36.492	-25.612
7.08.02.02	Estaduais	6	9	13
7.08.02.03	Municipais	14.598	13.193	11.936
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.662	44.622	42.003
7.08.03.01	Juros	16.431	27.688	31.273
7.08.03.02	Aluguéis	313	273	58
7.08.03.03	Outras	14.918	16.661	10.672
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	3.814	4.209	4.980
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	11.104	12.452	5.692
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.150.520	-90.720	-66.991
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.150.520	-90.720	-66.991
7.08.05	Outros	129.631	47.724	28.099
7.08.05.01	Juros	120.415	43.692	25.177
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre debêntures	9.216	4.032	2.922

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Aos Acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Fluminense S.A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação.

O Lote 04 tem extensão de 321,1 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Permite o acesso a um importante polo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relicitação

Em 15 de junho de 2022, foi assinado entre a concessionária e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo regras e condições para a prestação de serviços e investimentos durante o período de transição, que ora se instaura, até a realização de uma nova licitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva, que atualmente é explorado pela Fluminense. Com a assinatura do termo aditivo, a adesão ao processo de relicitação da concessão se completa, tornando-se irrevogável e irreatável. Durante a fase de transição, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ serão prestados e realizados de acordo com o estabelecido no termo aditivo assinado.

Também como consequência da assinatura do termo aditivo, a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, a ser recebida ao final do período de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação). Este ativo financeiro é sujeito a atualizações monetárias mensais pela inflação.

De acordo com o termo aditivo, a tarifa estabelecida para ser cobrada e paga pelos usuários durante o período de transição é de R\$ 6,60 (tarifa praticada), enquanto a tarifa calculada, considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais e que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário futuro, é de R\$ 3,80, com data-base de junho/2022. A regra regulatória prevê que a diferença entre as tarifas praticada e calculada resultará no valor do excedente de receita tarifária que será descontado, devidamente atualizado, do valor de indenização a ser pago pelo poder concedente, quando o processo de relicitação for concluído. O excedente tarifário está sendo ajustado como redutor da Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 69.818 mil, conforme auferido, ainda que o valor integralmente pago pelos usuários da Fluminense e convertido em caixa operacional coincida exatamente com a tarifa praticada.

A administração entende, com base em seu julgamento e nas informações disponíveis no momento, que a expectativa atual de recebimento futuro de indenização, equivalente ao valor residual dos investimentos não amortizados via tarifa, já líquidos do desconto estimado pelo excedente tarifário apurado no período, perfaz o montante de R\$ 747.957 mil. Ambos os saldos remanescentes, do ativo financeiro e intangível, foram testados por recuperabilidade, considerando a expectativa futura de geração de caixa pelo período de transição e o valor estimado que será recebido a título de indenização. Os efeitos relacionados ao resultado do teste de recuperabilidade resultam em uma despesa de R\$ 860.410 mil para esta concessionária.

Além disso, pela redução do horizonte de operação e, portanto, de recuperabilidade, a Fluminense também registrou a baixa de seus ativos fiscais diferidos, no montante de R\$ 243.406 mil.

O processo de mensuração de ativos, iniciado em 2022, se estenderá ao longo do período de transição, e os valores do ativo financeiro indenizável serão escopo de constante atualização a luz da evolução dos trabalhos internos, e das interações com o órgão regulador, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, irá atualizar tempestivamente a informação e disponibilizá-la ao mercado nas revisões trimestrais que se seguem.

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Autopista Fluminense são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2022 a tarifa praticada para veículos foi de 01/01/2022 a 19/06/2022 de R\$ 6,10 e de 20/06/2022 a 31/12/2022 de R\$ 6,60 para os veículos de passeios e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 45,6 milhões de veículos equivalentes. Este volume de veículos equivalentes foi 5,0% maior ante aos 43,5 milhões registrados em 2021. Essa variação é resultado do crescimento de 7,8% no tráfego de veículos pesados e da retomada das atividades econômicas de maneira presencial, como reflexos da melhora do quadro de pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19).

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 403.335 mil representando um crescimento de 18,8% em comparação ao exercício anterior, quando totalizou R\$ 339.542 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes



A receita de pedágio registrou R\$ 220.755 mil em 2022; com queda de 15,6% em relação à 2021, quando totalizou R\$ 261.464 mil. Essa variação deve-se sobretudo aos efeitos de relicitação, pelo registro do excedente tarifário como redutor da receita, no montante de R\$ 69.818 mil, conforme auferido, ainda que o valor integralmente pago pelos usuários da Fluminense e convertido em caixa operacional coincida exatamente com a tarifa praticada. Ao excluirmos esses efeitos, a Fluminense teria registrado aumento de 11,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo crescimento da tarifa e do tráfego.

A receita de obras registrou R\$ 55.805 mil em 2022, contra R\$ 75.940 mil registrada em 2021, representando uma redução de 26,5%. Essa variação é reflexo da redução do volume de obras realizadas no período. Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa nos investimentos da concessionária — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura da rodovia.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 2.332 mil em 2022, o que representa 0,6% da receita bruta.

Em 2022, foi incluído, como outras receitas, a atualização monetária (remuneração) do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 124.443 mil.

No ano de 2022, como resultado dos efeitos explicados acima, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 377.951 mil; um crescimento de 19,3% em relação ao ano de 2021, quando registrou R\$ 316.714 mil.

Investimentos

Ao longo do exercício, a Concessionária cumpriu o cronograma da execução de obras de 7 pontos de sinistros localizados ao longo da Rodovia. Também se realizou a etapa de pré-obra referente a Duplicação km 215 ao 217 e Trevo do Índio com previsão para conclusão em 2023.

O total dos investimentos incorrido ao longo de 2022 foi de R\$ 87.317 mil. Estes valores, quando adicionados aos valores realizados de anos anteriores, perfazem o montante acumulado de R\$ 2.663.788 mil realizados na implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A abertura desses valores é apresentada na tabela abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	Investimentos - R\$ milhões		
	2022	2021	%
Ampliação da Rodovia	(61.780)	(76.516)	-19%
Construção de Viaduto	-	(30)	-100%
Ponte Rio São João - Km 228,61	-	(2.685)	-100%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(25.537)	(42.522)	-40%
Total	(87.317)	(121.753)	-28%

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos, a Concessionária captou, desde 2011: (i) R\$ 779 milhões via BNDES, e (ii) R\$ 23 milhões via emissão de debênture pública e recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A.- um total de R\$1,8 bilhões, dos quais R\$ 807 milhões foram através de empréstimos *intercompany* na modalidade de debêntures privadas e R\$ 1,0 bilhão através da integralização de capital social.

Essas debêntures correspondem à 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a emissões da Companhia, e foram emitidas por um prazo de dois anos, prorrogado pelo período adicional de dois anos contados da data de cada vencimento.

Os títulos da 2^a, 3^a e 4^a serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024; o título da 5^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024 e o título da 6^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano entre a data de emissão e o dia 31 de março de 2021 e *spread* de 1,6% ao ano entre o dia 01 de abril de 2021 e o dia 31 de dezembro de 2024, que é a data de vencimento do principal e juros.

Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi negativo em R\$ 704.568 mil, o que representa uma redução frente ao valor adicionado de R\$ 9.573 mil em 2021. O valor adicionado de 2022 foi impactado pela provisão para desvalorização de ativos que a concessão registrou no período. Se desconsiderarmos este efeito, a geração de valor seria de R\$ 155.842 mil.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Entretanto, não houve a distribuição de dividendos previstos, uma vez que a Concessionária não registrou lucro líquido no exercício findo de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluminense

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2022, a Concessionária investiu R\$ 96 mil (R\$ 68 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

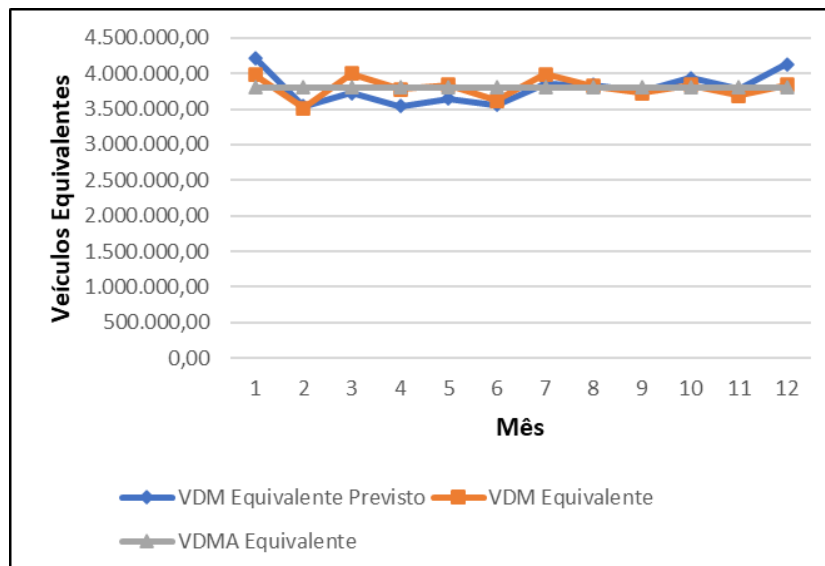
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

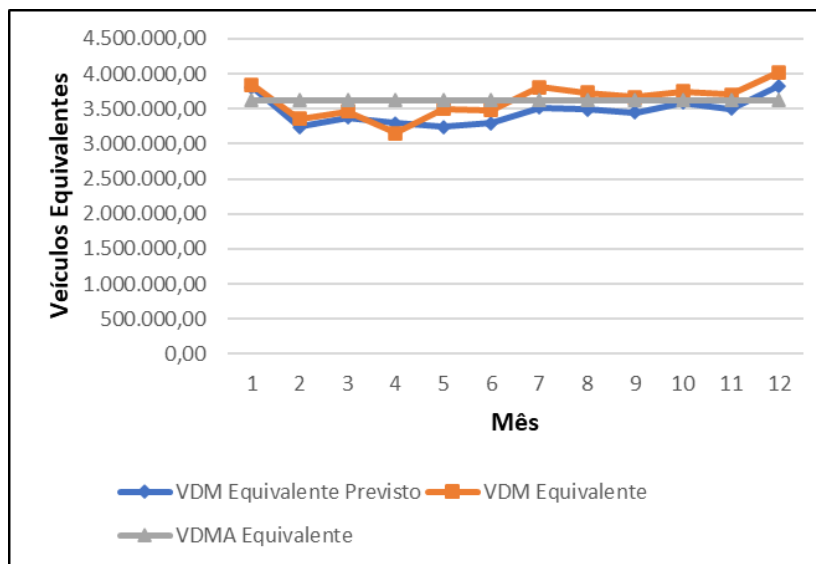
Variação mensal do volume – 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Variação mensal do volume – 2021

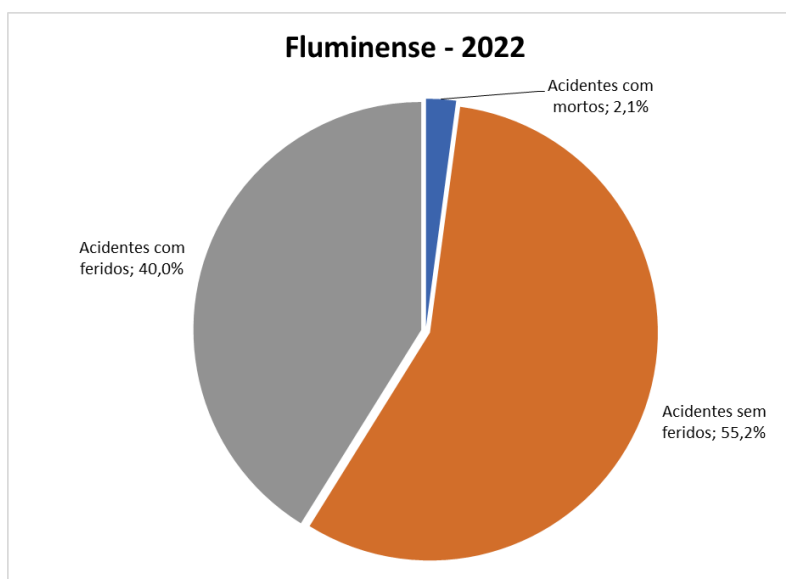


b) Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

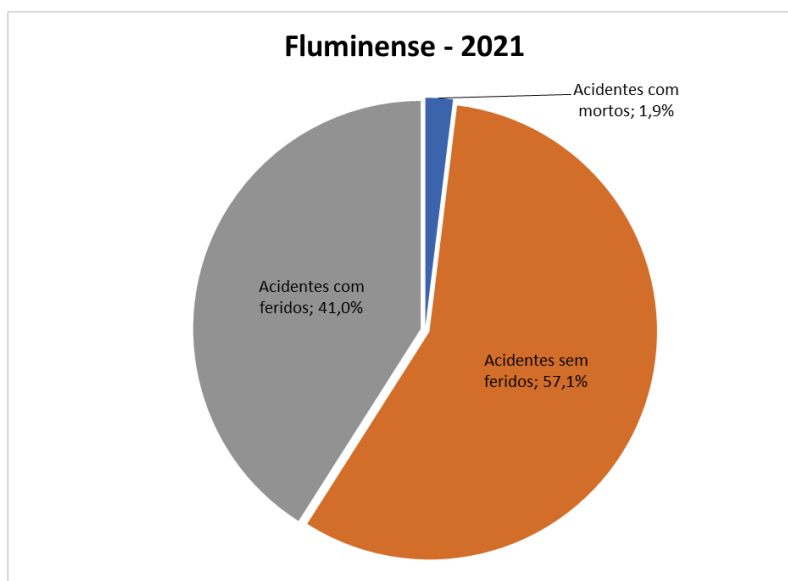
Percentual de acidentes por gravidade – 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

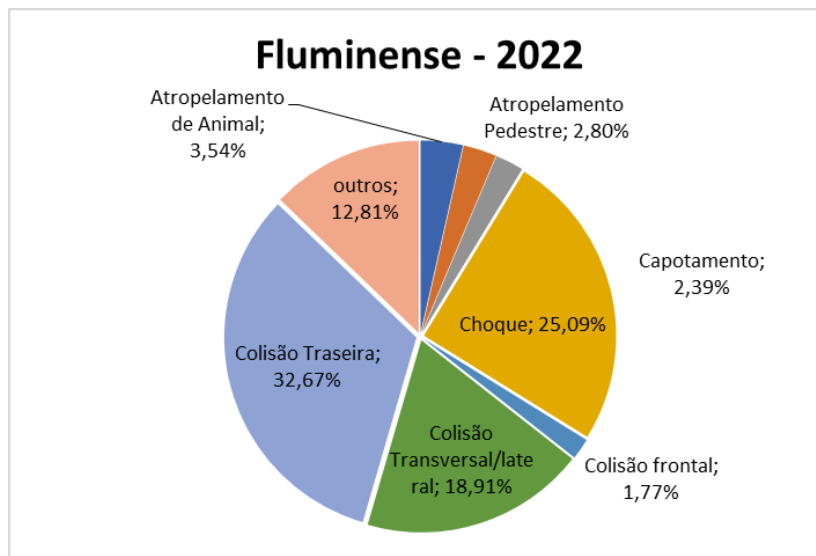


Percentual de acidentes por gravidade – 2021



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

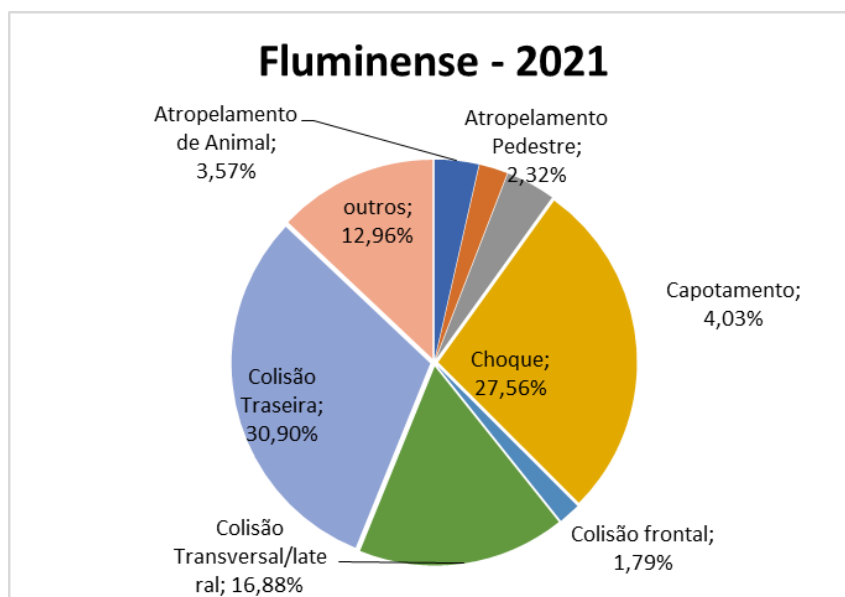
Acidente por tipo – 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Acidente por tipo – 2021



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/320,10 km
Viatura de Inspeção	7	2	9	2,81
Guincho Leve	10	3	13	4,06
Guincho Pesado	3	1	4	1,25
Caminhão Pipa	2	0	2	0,62
Caminhão Munck	1	0	1	0,31
AC - Ambulância Stand	7	1	8	2,50
AD - Ambulância UTI	4	0	4	1,25
Moto de inspeção	1	0	1	0,31
Total de veículos operacionais	35	7	42	13,12
Administração	4	2	6	1,87
Tráfego	2	0	2	0,62
Operação	3	0	3	0,94
Arrecadação	2	0	2	0,62
Segurança de trabalho	2	0	2	0,62
Manutenção Tecnológica	5	0	5	1,56
Obras e Conserva	31	0	31	9,68
Caminhonete ANTT	2	2	4	1,25
Total de veículos de apoio	51	4	55	17,18
Total de veículos	86	11	97	30,30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
TRÁFEGO		
ANALISTA DE TRÁFEGO JR	1	0,08
APRENDIZ ADMINISTRATIVO	1	0,08
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0,16
COORDENADOR DE OPERAÇÃO	2	0,16
INSPETOR DE TRÁFEGO	37	2,92
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	1	0,08
OPERADOR DE GUINCHO	42	3,31
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	15	1,18
OPERADOR DE PIPA	6	0,47
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	2	0,16
OPERADOR DE BALANCA	34	2,68
SUPERVISOR DE BALANCA	1	0,08
SOCORRISTA	117	9,23
ENFERMEIRO	21	1,66
TOTAL TRÁFEGO	282	22,24
ARRECADAÇÃO		
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	1	0,08
CONTROLADOR DE PEDÁGIO I	20	1,58
COORDENADOR DE OPERAÇÃO	2	0,16
GERENTE DE OPERAÇÕES	1	0,08
OPERADOR DE PEDÁGIO	163	12,86
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,16
ANALISTA DE CCA JR	1	0,08
TOTAL ARRECADAÇÃO	190	14,99
OPERAÇÃO		
OPERADOR DE CCO	12	0,95
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,08
SUPERVISOR DE CCO	1	0,08
ESTAGIARIO	1	0,08
TOTAL OPERAÇÃO	15	1,18
DEMAIS ÁREAS		
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	2	0,16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANALISTA ADMINISTRATIVO PL	1	0,08
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS SR	1	0,08
ANALISTA DE COMUNICACAO SR	1	0,08
ANALISTA DE CONTROLADORIA	1	0,08
ANALISTA DE CONTROLADORIA JR	1	0,08
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	1	0,08
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	2	0,16
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	1	0,08
ANALISTA DE MEDIÇÃO PL	1	0,08
ANALISTA DE MEDIÇÃO JR	1	0,08
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	1	0,08
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	1	0,08
ANALISTA DE QUALIDADE PL	1	0,08
ANALISTA DE SISTEMAS JR	1	0,08
APRENDIZ ADMINISTRATIVO	12	0,95
ASSESSOR COMERCIAL	1	0,08
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	4	0,32
ASSISTENTE TÉCNICO III	5	0,39
ASSISTENTE TÉCNICO II	2	0,16
ASSISTENTE JURÍDICO	1	0,08
ASSISTENTE TÉCNICO IV	1	0,08
AUXILIAR DE LABORATÓRIO I	1	0,08
AUXILIAR DE LABORATÓRIO II	1	0,08
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA I	1	0,08
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	2	0,16
ANALISTA DE RH PL	1	0,08
CONSULTOR DE RH PL	1	0,08
COORDENADOR DE CONTROLADORIA	1	0,08
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,08
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMÍNIO	1	0,08
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	2	0,16
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO	1	0,08
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	1	0,08
COORDENADOR DE PAVIMENTO	1	0,08
DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	0,08
ENCARREGADO I	1	0,08
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0,08
ENGENHEIRO CIVIL IV	1	0,08
ENGENHEIRO GEOTÉCNICO IV	1	0,08
ENGENHEIRO I	1	0,08
ENGENHEIRO II	2	0,16
ESTAGIARIO	4	0,32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GERENTE DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	1	0,08
GERENTE TÉCNICO	1	0,08
INSPECTOR DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	1	0,08
INSPECTOR DE FISCALIZAÇÃO II	7	0,55
INSPECTOR DE FISCALIZAÇÃO III	3	0,24
LABORATORISTA I	1	0,08
MOTORISTA II	1	0,08
PROJETISTA PL	1	0,08
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	1	0,08
SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO	1	0,08
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO I	5	0,39
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II	4	0,32
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO PL	2	0,16
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO SR	1	0,08
TÉCNICO DE SISTEMAS I	1	0,08
TOPOGRAFO II	1	0,08
TOTAL DEMAIS ÁREAS	102	8,05
TOTAL GERAL	589	46,46

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Receita	403.335	5.021.903
Receita Prestação de Serviços	220.755	2.505.685
Receita Serviço de Construção	55.805	2.374.292
Receitas Acessórias	2.332	17.483
Remuneração do Ativo Financeiro	124.443	124.443

Fonte.: Notas Explicativas Publicadas - Receitas.

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluminense

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Investimentos	87.317	2.663.788

Fonte.: Demonstrações Financeiras Publicadas - Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Custos Operacionais	1.039.450	4.591.544

Fonte.: Notas Explicativas Publicadas - Custos e Despesas por Natureza.

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$1.039.450 mil em 2022, aumento de R\$ 821.545 mil, em comparação ao mesmo exercício do ano anterior, quando somou R\$ 217.905 mil. Esse aumento é um reflexo direto da contabilização, sem efeito caixa, (i) da Provisão para Redução ao Valor Recuperável (*impairment*), no valor de R\$ 860.410 mil, (ii) da reclassificação do ativo financeiro indenizável, de despesas financeiras para custos operacionais, de R\$ 12.169 mil, e (iii) da Provisão para Manutenção de Rodovias.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 140.370 mil em 2022, uma redução de 14,9% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 164.946 mil. A principal causa dessa variação foi a redução dos custos dos serviços de construção.

A tabela mostra o valor total do ISS sobre faturamento e terceiros repassado para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	2022	Acumulada
ISS	17.638	227.209

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em Milhares de Reais)			
	2022	2021	Var. 2022 - 2021
Receita Operacional Líquida	377.951	316.714	19,3%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(1.039.450)	(217.905)	377,0%
EBITDA ¹	(661.499)	98.809	-769,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38.670	25.133	53,9%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	860.410	-	-
EBITDA Ajustado ²	237.581	123.942	91,7%

¹ EBITDA (Earnings, before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro, e provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*).

Endividamento (em R\$ mil)

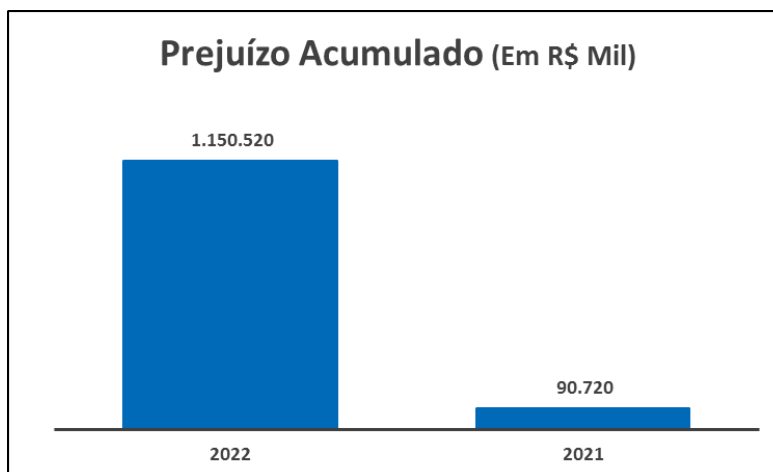
Endividamento (Em milhares de reais)	2022	2021	Var. 2022 - 2021
Dívida Bruta	(319.730)	(410.272)	-22,1%
Curto Prazo	(102.418)	(94.893)	7,9%
Longo Prazo	(217.312)	(315.379)	-31,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	8.655	11.919	-27,4%
Dívida Líquida	(311.075)	(398.353)	-21,9%

¹ Curto e longo prazos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a Companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R\$ 1.150.520 mil, um aumento de R\$ 1.059.800 mil frente ao resultado negativo de R\$ 90.720 mil registrado no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente da necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em R\$ 860.410 mil. Sem este efeito, a Companhia apresentaria um prejuízo líquido de R\$ 290.110 mil.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2022 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
CAMPOS DOS GOYTACAZES (CONS. JOSINO) - P1	Bidirecional	R\$ 6,60	R\$ 13,20	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 33,00	R\$ 39,60	R\$ 3,30
CAMPOS DOS GOYTACAZES (SERRINHA) - P2	Bidirecional	R\$ 6,60	R\$ 13,20	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 33,00	R\$ 39,60	R\$ 3,30
CASIMIRO DE ABREU - P3	Bidirecional	R\$ 6,60	R\$ 13,20	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 33,00	R\$ 39,60	R\$ 3,30
RIO BONITO - P4	Bidirecional	R\$ 6,60	R\$ 13,20	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 33,00	R\$ 39,60	R\$ 3,30
SÃO GONÇALO - P5	Unidirecional	R\$ 6,60	R\$ 13,20	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 33,00	R\$ 39,60	R\$ 3,30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária em números

Tabela - Rodovias					
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário				
Quilômetros de rodovia	320,10 quilômetros				
Número de veículos que transitaram	CAT-01	20.421.543	74%		
	CAT-02	2.129.777	8%		
	CAT-03	112.083	0%		
	CAT-04	1.383.476	5%		
	CAT-05	22.394	0%		
	CAT-06	982.070	4%		
	CAT-07	664.865	2%		
	CAT-08	1.386.327	5%		
	CAT-09	670.957	2%		
	TOTAL	27.773.492	100%		
Número de praças de pedágios	5 praças de pedágio:				
	P1 - CAMPOS DOS GOYTACAZES (CONS. JOSINO)				
	P2 - CAMPOS DOS GOYTACAZES (SERRINHA)				
	P3 - CASIMIRO DE ABREU				
	P4 - RIO BONITO				
	P5 - SÃO GONÇALO				
Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS				
	VALOR DA TARIFA = R\$6,10				
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica	
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	6,60	
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	13,20	
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	9,90	
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	19,80	
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	13,20	
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	26,40	
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	33,00	
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	39,60	
	Motocicleta, Motonetas, Bicletas motor e Triciclos	2	9	3,30	
	Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
		BR 101/RJ - pista simples	0 – 84,60	84,60	84,60
BR 101/RJ - pista dupla		84,60 - 144,60	60,00	120,00	
BR 101/RJ - pista simples		144,60 - 190,30	45,70	45,70	
BR 101/RJ - pista dupla		190,30 - 320,10	129,80	259,60	
Total - linear		320,10	509,90		
Índice de congestionamento	Nível A e C				
Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária			
	Jan	128.547			
	Fev	125.592			
	Mar	128.917			
	Abr	126.017			
	Mai	123.773			
	Jun	120.710			
	Jul	128.741			
	Ago	123.230			
	Set	124.239			
	Out	123.788			
	Nov	122.912			
	Dez	123.796			
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	125.034				

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo		
	Jurídico		
	Comunicação		
	Meio Ambiente		
	Centro de Controle Operacional		
	Arrecadação		
	Coordenação e Operação de CCA		
	Conservação (engenharia)		
	Pavimentação (engenharia)		
	Obras (engenharia)		
	Manutenção Tecnológica (rodovia)		
	Faixa de Domínio		
	Segurança do Trabalho		
	Tráfego		
Índices de qualidade de estrada	Parâmetro	ANO 14	
		Atendem	Não Atendem
		100,00%	0,00%
		100,00%	0,00%
Receita de pedágio	220.755		
Custos associados às receitas de pedágio	(169)		
Fator Trabalho			
Número de Trabalhadores		391	
	Administrativo	21	
	Jurídico	0	
	Comunicação	1	
	Meio Ambiente	3	
	Centro de Controle Operacional	15	
	Arrecadação	176	
	Coordenação e Operação de CCA	1	
	Investimento (engenharia)	44	
	Controle de Qualidade	4	
	Obras (engenharia)	0	
	Manutenção Tecnológica (rodovia)	11	
	Faixa de Domínio	3	
	Segurança do Trabalho	3	
	Tráfego	109	
Despesas de Pessoal	2022	2021	
Número de Trabalhadores	409	421	
Despesas de Pessoal (em R\$ mil)	30.482	28.867	
Fator Capital			
Despesas de Depreciação	Método Linear		
Ativo Líquido	8.654.672,03		
Ativo Bruto	1.046.254.873,84		
Série Histórica dos Investimentos	2.663.788.000,00		
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado		
Fatores Intermediários			
Despesas em Administração	(13.771.239,96)		
Despesas em Manutenção	977.505,61		
Outras Despesas	-		
Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	1.339	
	Com vítimas feridas	1.038	
	Com vítimas fatais	50	
Indicadores			
Receita por KM	1.260		
Custo por KM	889		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fluminense
Balanço Social

	2022			2021		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	403.335			339.542		
Receita líquida (RL)	377.951			316.714		
Resultado operacional (RO)	-924.141			-137.140		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.645			15.566		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	15.645			15.566		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.026	19%	1%	2.734	18%	1%
Encargos Sociais	6.599	42%	2%	5.564	36%	2%
Previdência privada	223	1%	0%	0	0%	0%
Saúde	2.558	16%	1%	2.497	16%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	182	1%	0%	249	2%	0%
Educação	14	0%	0%	26	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	96	1%	0%	68	0%	0%
Creches ou auxílio creche	174	1%	0%	130	1%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.780	11%	0%	1.895	12%	1%
Outros	254	2%	0%	195	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	14.905	95%	4%	13.358	86%	4%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	152	1%	0%	134	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	7	0%	0%	0	0%	0%
Outros	8	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	167	1%	0%	134	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	25.215	161%	7%	22.748	146%	7%
Total - Indicadores sociais externos	25.382	162%	7%	22.882	147%	7%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	401	3%	0%	444	3%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	401	3%	0%	444	3%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(x) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	409			421		
Tempo de serviço	10% até seis meses 10% de seis meses a um ano 11% entre um e dois anos 16% entre dois e cinco anos 53% mais de cinco anos			9% até seis meses 9% de seis meses a um ano 16% entre um e dois anos 37% entre dois e cinco anos 29% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	93			75		
Nº de demissões durante o período	106			83		
Nº de colaboradores terceirizados	10			0		
Nº de estagiários (as)	5			8		
Nº de colaboradores com até 18 anos	1			8		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	49			41		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	298			314		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	61			58		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	150			145		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,67%			1%		
Remuneração paga a mulheres no período	4.031			3.538		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	58			61		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,00%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	13			11		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	36.386			33.918		
Total de horas extras pagas (valor)	894			742		
Total de INSS pagos	6.870			6.579		
Total de FGTS pago	1.448			1.382		
Total de Contribuição Sindical paga	0			0		
Totais dos demais encargos sociais pagos	0			0		
Total de IRRF recolhido no período	1.568			1.660		
Total de ICMS recolhidos no período	0			0		
Total de IRPJ recolhido no período	0			-2		
Total de CSLL recolhido do período	0			0		
Total de PIS recolhidos no período	1.832			1.701		
Total de COFINS recolhidos no período	8.456			7.849		
Total de outros tributos recolhidos no período	14.853			12.976		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluminense

Balanço Social - continuação

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	39,87	37,78
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (x) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 5% na Justiça	0% no PROCON 7% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	-704.568	9.573
Distribuição do Valor Adicionado	-36% Governo 145% Acionistas -5% Colaboradores -4% Terceiros 0% Retidos	-243% Governo -449% Acionistas 326% Colaboradores 466% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demais Assuntos

Sustentabilidade

A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado.

Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia.

A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO₂ desta fonte.

Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas.

Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis.

Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais “individualizado” para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção.

O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um “cardápio pedagógico” com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões.

Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação.

O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders.

Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG.

Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura.

A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022.

Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Niterói, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Diretoria

Alisson de Almeida Freire

Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Andre Giavina Bianchi

Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia

Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Conselheira

Roberto Paolini

Conselheiro

Contador

Fábio dos Santos Carvalho

CRC – RJ 090395/O-5

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A

Demonstrações contábeis referente
ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2022 e relatório do auditor
independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury L.L.C. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do grupo”).

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Relicitação

Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção da Sociedade de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Autopista Fluminense S.A., que, tomou ciência em 09 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para o Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao tramite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“CPPI”), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Em 21 de março de 2022, foi assinado pelo Presidente da República, o Decreto de nº 11.005 que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“PPI”), o trecho concedido para fins de relicitação. Em 15 de junho de 2022, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicou no Diário Oficial da União (“DOU”), a Deliberação de nº 201/2022, aprovando a celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a concessionária Autopista Fluminense S.A., estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. O prazo final de vigência do 2º termo aditivo é de 24 meses contados da data de publicação do Decreto de nº 11.005 de 21 de março de 2022. O prazo de transição do processo de relicitação poderá ser prorrogado mediante deliberação do

Notas Explicativas

Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República com anuência expressa da Sociedade.

Durante o período de transição que se inicia com a assinatura do 2º termo aditivo, até a entrega da concessão ao novo operador, todos os serviços de atendimento aos usuários, prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário continuarão a ser prestados e realizados normalmente, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento.

A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma (ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão), uma vez que a Sociedade passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), prevista para 24 meses após a data da assinatura do termo aditivo do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 09.

A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o advento do processo de relicitação, o prazo de concessão foi reduzido para 24 meses, e como consequência, foi necessário o reconhecimento no exercício de uma redução ao valor recuperável de R\$684.645 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.826 em 31 de dezembro de 2021). Essa provisão foi registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica de “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 12.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$3.998 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$207.043 (R\$846.733 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$141.585 (R\$418.383 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do 2º aditivo do contrato de concessão em razão do processo de relicitação da Sociedade.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

No período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (“exercício”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelo mencionado abaixo:

No ano de 2022 a sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante aceitação do abatimento do Ativo Financeiro obtendo uma redução de 40% dos valores apurados nos referidos processos. Ainda assim, a Sociedade segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes

Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de

Notas Explicativas

imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas, de acordo com o progresso físico *Percentage of completion* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza dos contratos de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 - Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas Explicativas

4.3.2 - Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (conforme nota explicativa 25). No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, avalia-se se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 12. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas, o montante recuperável de seus ativos, são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings Before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das demonstrações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- (c) Contratos de Seguros;
- (d) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- (e) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e contas bancárias	2.407	1.875
Aplicações financeiras (*)	2.437	3.719
Total	<u>4.844</u>	<u>5.594</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundos de investimentos (**)	3.811	2.167
Total	<u>3.811</u>	<u>2.167</u>

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,07% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (101,2% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representados por:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	15.688	-	14.290	-
Cupons de pedágio a receber	292	-	416	-
Cartões de pedágio a receber	79	-	60	-
Receitas acessórias a receber (a)	266	1.129	189	1.127
Outras receitas a receber	110	-	2	-
Total	16.435	1.129	14.957	1.127

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Em relação ao saldo total do contas a receber sobre as receitas acessórias, 91% (85,34% em 31 de dezembro de 2021), pertencem a empresa Transportadora Associada de Gás S.A – TAG, e são referentes ao contrato sobre a utilização da faixa de domínio para o cruzamento subterrâneo transversal e ocupação longitudinal de um gasoduto pelo prazo de vigência da concessão.

Cronograma de recebimento

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	16.288	1.129	14.795	140
Créditos vencidos até 60 dias	147	-	20	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	1	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	40	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-	-	101	987
	16.435	1.129	14.957	1.127

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Sobre os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, destacamos o processo de relicitação da Sociedade, na qual através da assinatura do termo aditivo, houve redução do prazo de concessão, afetando o período de recuperabilidade dos impostos diferidos, resultando na baixa do imposto diferido constituído.

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(924.141)	(137.140)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	314.208	46.628
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Ajuste referente ao processo de relicitação - Lei 13.448/17	(484.526)	(208)
Total	(170.318)	46.420
Impostos diferidos não constituídos (a)	56.061	-
Imposto contabilizado	(226.379)	46.420
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	(226.379)	46.420
	(226.379)	46.420
Alíquota efetiva de impostos	24%	(34%)

Notas Explicativasb) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Total	
	31.12.2022	31.12.2021
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	851.453	554.952
Provisão de participação nos lucros	1.926	1.920
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	32.895	53.021
Outras provisões	796	361
Provisão para manutenção de rodovias	71.517	63.502
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	535	517
Redução ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	656.142	27.826
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.615.264	702.099
Alíquota nominal	34%	34%
Total	549.190	238.714
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	33.353	22.964
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(324)	(223)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(25.991)	(36.279)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(8.837)	(12.335)
Base do imposto de renda e contribuição social	540.353	226.379
Impostos diferidos não constituídos	540.353	-
Total do imposto de renda e contribuição social	-	226.379

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	296.501	124.100
Provisão de participação nos lucros	6	337
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	(20.126)	5.863
Outras provisões	435	(751)
Provisão para manutenção de rodovias	8.015	3.552
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	18	181
Redução ao valor recuperável - Lei 13.448/17	628.316	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	10.389	3.280
Amortização estorno de capitalização de juros	(101)	(32)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	923.453	136.530
Alíquota nominal	34%	34%
Total	313.974	46.420
Impostos diferidos não constituídos	540.353	
Total do imposto de renda e contribuição social	(226.379)	46.420

a) Em razão do processo de relicitação, houve a reversão do imposto diferido constituído devido a inviabilidade de realização desses impostos dentro do novo prazo estabelecido, porém mesmo após o término do 2º termo aditivo esse crédito não prescreverá.

b) Referem-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 22% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

9. ATIVO FINANCEIRO

Em 15 de junho de 2022, a ANTT aprovou celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a Sociedade, estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido.

Refletindo as mudanças no modelo de negócio, uma vez que a Sociedade passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, a ser recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), previsto em até 24 meses da data de assinatura do termo aditivo do contrato.

Desta forma, com base em nosso julgamento, e com base nas informações disponíveis até o momento do encerramento dessas demonstrações contábeis, a parte que a Sociedade entende que pode reaver dos investimentos não amortizados mediante esta indenização, foi reclassificada de ativo intangível para ativo financeiro.

Considerando que o processo de mensuração de ativos acabou de ser iniciado, os valores do ativo financeiro indenizável serão escopo de constante atualização a luz da evolução dos trabalhos internos, de forma que a Sociedade, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, irá atualizar tempestivamente a informação e disponibilizá-la ao mercado nas demonstrações contábeis que se seguem.

	31.12.2021	Adições (a)	Remunerações (b)	Transferências / Reclassificações (c)	Outros (d)	31.12.2022
<u>Não circulante</u>						
Ativo financeiro indenizável	-	852.030	124.443	18.653	(247.169)	747.957
Total	-	852.030	124.443	18.653	(247.169)	747.957

- (a) Adoção inicial no momento da bifurcação do ativo financeiro considerando os valores dos bens reversíveis, líquidos de suas amortizações.
- (b) Refere-se a atualizações monetárias pelo IPCA.
- (c) Refere-se a execução de obras indenizáveis de julho à dezembro de 2022.
- (d) Redução ao valor recuperável Lei 13.448/17 no montante de R\$247.169 refere-se à: (i) R\$69.818 referente a perda entre diferença da tarifa de pedágio autorizada e tarifa de pedágio calculada (excedente tarifário); (ii) R\$1.587 referente a atualização financeira sobre o excedente tarifário; (iii) R\$175.765 referente a estimativa de perda prevista na lei nº 13.448/2017 deduzidas do ativo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela de longo prazo relativa ao ativo financeiro apresenta vencimento para 14 de junho de 2024.

10. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Impressoras (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2021	10.345	2.526	382	311	-	2.134	15.698
Remensuração	2.085	(35)	526	427	-	155	3.158
Adições	-	-	-	-	75	-	75
Baixas	-	-	(382)	(311)	-	-	(693)
Saldo em 31.12.2022	<u>12.430</u>	<u>2.491</u>	<u>526</u>	<u>427</u>	<u>75</u>	<u>2.289</u>	<u>18.238</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2021	(2.236)	(68)	(309)	(247)	-	(1.696)	(4.556)
Amortização	(2.080)	(854)	(269)	(225)	(11)	(507)	(3.946)
Baixa	-	-	382	311	-	-	693
Saldo em 31.12.2022	<u>(4.316)</u>	<u>(922)</u>	<u>(196)</u>	<u>(161)</u>	<u>(11)</u>	<u>(2.203)</u>	<u>(7.809)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2021	8.109	2.458	73	64	-	438	11.142
Saldo em 31.12.2022	8.114	1.569	330	266	64	86	10.429
Taxas de amortização - a.a.	35%	37%	37%	38%	15%	96%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Impressoras (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	15.552	2.447	368	613	-	2.259	21.239
Remensuração	40	8	14	13	-	4	79
Adições	-	2.527	-	-	-	-	2.527
Baixas	(5.247)	(2.456)	-	(315)	-	(129)	(8.147)
Saldo em 31.12.2021	<u>10.345</u>	<u>2.526</u>	<u>382</u>	<u>311</u>	<u>-</u>	<u>2.134</u>	<u>15.698</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(5.725)	(1.616)	(22)	(337)	-	(1.177)	(8.877)
Amortização	(1.758)	(908)	(287)	(225)	-	(648)	(3.826)
Baixa	5.247	2.456	-	315	-	129	8.147
Saldo em 31.12.2021	<u>(2.236)</u>	<u>(68)</u>	<u>(309)</u>	<u>(247)</u>	<u>-</u>	<u>(1.696)</u>	<u>(4.556)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	9.827	831	346	276	-	1.082	12.362
Saldo em 31.12.2021	8.109	2.458	73	64	-	438	11.142
Taxas de amortização - a.a.	22%	3%	81%	79%	0%	79%	

- a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
c) Refere-se a veículos administrativos.
d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
e) Refere-se a impressoras.
f) Refere-se a locação da sede administrativa e escritórios.

11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2021	1.298	3.294	230	2.315	3.894	1	11.032
Adições	25	1.054	314	61	28	-	1.482
Saldo em 31.12.2022	<u>1.323</u>	<u>4.348</u>	<u>544</u>	<u>2.376</u>	<u>3.922</u>	<u>1</u>	<u>12.514</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2021	(830)	(2.577)	(229)	(1.230)	(2.438)	-	(7.304)
Depreciações	(159)	(628)	(65)	(355)	(476)	-	(1.683)
Saldo em 31.12.2022	<u>(989)</u>	<u>(3.205)</u>	<u>(294)</u>	<u>(1.585)</u>	<u>(2.914)</u>	<u>-</u>	<u>(8.987)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2021	468	717	1	1.085	1.456	1	3.728
Saldo em 31.12.2022	334	1.143	250	791	1.008	1	3.527
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	1.298	3.294	708	2.315	3.894	1	11.510
Adições	-	-	94	-	-	-	94
Alienações/baixas	-	-	(572)	-	-	-	(572)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.298</u>	<u>3.294</u>	<u>230</u>	<u>2.315</u>	<u>3.894</u>	<u>1</u>	<u>11.032</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(734)	(2.094)	(508)	(1.050)	(2.123)	-	(6.509)
Depreciações	(96)	(483)	(76)	(180)	(315)	-	(1.150)
Alienações/baixas	-	-	355	-	-	-	355
Saldo em 31.12.2021	<u>(830)</u>	<u>(2.577)</u>	<u>(229)</u>	<u>(1.230)</u>	<u>(2.438)</u>	<u>-</u>	<u>(7.304)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	564	1.200	200	1.265	1.771	1	5.001
Saldo em 31.12.2021	468	717	1	1.085	1.456	1	3.728
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

12. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2021	2.425.569	4.828	1.064	2.431.461	183.221	2.614.682
Adições	39.681	1.393	-	41.074	29.156	70.230
Transferências/reclassificações	23.257	-	-	23.257	(23.257)	-
Transferência ativo financeiro (d)	(1.435.481)	-	-	(1.435.481)	(189.120)	(1.624.601)
Redução ao valor recuperável	(684.645)	-	-	(684.645)	-	(684.645)
Saldo em 31.12.2022	<u>368.381</u>	<u>6.221</u>	<u>1.064</u>	<u>375.666</u>	<u>-</u>	<u>375.666</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2021	(763.773)	(3.492)	-	(767.265)	-	(767.265)
Amortizações	(108.649)	(651)	-	(109.300)	-	(109.300)
Transferência ativo financeiro (d)	753.918	-	-	753.918	-	753.918
Saldo em 31.12.2022	<u>(118.504)</u>	<u>(4.143)</u>	<u>-</u>	<u>(122.647)</u>	<u>-</u>	<u>(122.647)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2021	1.661.796	1.336	1.064	1.664.196	183.221	1.847.417
Saldo em 31.12.2022	249.877	2.078	1.064	253.019	-	253.019
Taxas de amortização - a.a. (c)	43%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.352.089	4.070	1.064	2.357.223	200.567	2.557.790
Adições	57.515	758	-	58.273	26.664	84.937
Transferências/reclassificações	43.916	-	-	43.916	(44.010)	(94)
Alienações/baixas	(125)	-	-	(125)	-	(125)
Redução ao valor recuperável	(27.826)	-	-	(27.826)	-	(27.826)
Saldo em 31.12.2021	<u>2.425.569</u>	<u>4.828</u>	<u>1.064</u>	<u>2.431.461</u>	<u>183.221</u>	<u>2.614.682</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(617.421)	(2.614)	-	(620.035)	-	(620.035)
Amortizações	(146.392)	(878)	-	(147.270)	-	(147.270)
Alienações/baixas	40	-	-	40	-	40
Saldo em 31.12.2021	<u>(763.773)</u>	<u>(3.492)</u>	<u>-</u>	<u>(767.265)</u>	<u>-</u>	<u>(767.265)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.734.668	1.456	1.064	1.737.188	200.567	1.937.755
Saldo em 31.12.2021	1.661.796	1.336	1.064	1.664.196	183.221	1.847.417
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (d) Reclassificação para ativo financeiro dos ativos reversíveis, vide nota explicativa nº 09.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou no montante de R\$13.030 (R\$8.241 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo da infraestrutura em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2022 foi de 1,13% e em 2021 foi de 0,75%, do total de juros provisionados no período, vide nota explicativa 12.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa das Sociedades são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021).

Foram constituídas novas adições de *impairment* pela Sociedade devido ao novo cenário econômico após assinatura do termo aditivo de relicitação em 15 de junho de 2022, complementando o ajuste para redução ao valor recuperável no valor de R\$684.645 no ativo intangível em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.826 em 31 de dezembro de 2021).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022.

13. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	101.930	166.695
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	219.868	246.243
				<u>321.798</u>	<u>412.938</u>
			Custo de transação	<u>(2.068)</u>	<u>(2.666)</u>
			Total Geral	<u>319.730</u>	<u>410.272</u>
			Circulante	102.418	94.893
			Não circulante	<u>217.312</u>	<u>315.379</u>
			Total	319.730	410.272

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	95.489	317.449	412.938	90.333	411.224	501.557
Juros provisionados	32.414	-	32.414	31.897	-	31.897
Amortização de principal	(93.552)	-	(93.552)	(88.493)	-	(88.493)
Pagamento de juros	(30.002)	-	(30.002)	(32.023)	-	(32.023)
Transferência	98.665	(98.665)	-	93.775	(93.775)	-
	<u>103.014</u>	<u>218.784</u>	<u>321.798</u>	<u>95.489</u>	<u>317.449</u>	<u>412.938</u>
Custo de transação	(596)	(1.472)	(2.068)	(596)	(2.070)	(2.666)
Saldo final	<u>102.418</u>	<u>217.312</u>	<u>319.730</u>	<u>94.893</u>	<u>315.379</u>	<u>410.272</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	54.148
2024	83.027
2025	56.627
2026	24.982
	<u>218.784</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA - <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

Notas Explicativas

iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade mesmo após processo de relicitação está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras, ou seja, aquelas em que se aplicam vencimentos antecipados, na data das demonstrações contábeis.

A Sociedade obteve junto ao BNDES, termo de anuência para o processo de relicitação sem prejuízo da manutenção da obrigação da Sociedade de pagar a totalidade do saldo devedor do contrato de forma antecipada junto a instituição.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$14.070 (R\$8.211 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$8.939 (R\$10.866 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2021	3.462	8.195	11.657
Remensuração	3.158	-	3.158
Adições	75	-	75
Pagamentos	(4.798)	-	(4.798)
Ajuste a valor presente	872	-	872
Transferências	1.545	(1.545)	-
Saldo em 31.12.2022	4.314	6.650	10.964

	31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2020	3.280	9.418	12.698
Remensuração	79	-	79
Adições	2.527	-	2.527
Pagamentos	(4.564)	-	(4.564)
Ajuste a valor presente	917	-	917
Transferências	1.223	(1.223)	-
Saldo em 31.12.2021	3.462	8.195	11.657

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	4.039
2024	<u>2.611</u>
	<u>6.650</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	77	-	80	-
Computadores e periféricos	-	-	60	-
Máquinas e equipamentos	21	-	12	-
	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.377 (R\$4.165 em 31 de dezembro de 2021).

O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R\$82 e R\$380 para PIS e Cofins (R\$79 e R\$362 respectivamente para 31 de dezembro de 2021).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,36% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

Notas Explicativas**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	31.12.2022	31.12.2021
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.494	2.317
Fernão Dias S.A. (d)	307	137
Passivos com partes relacionadas circulante	2.801	2.454
Total do passivo circulante	2.801	2.454
Passivo não circulante	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	1.040.061	887.874
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.040.061	887.874
Total do passivo não circulante	1.040.061	887.874

	31.12.2022		31.12.2021	
Contas de Resultado:	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (a)/(d)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)/(d)
Controladora				
Arteris S.A. (a)	(129.631)	(9.151)	(47.724)	(9.025)
Juros Capitalizados (*)	9.216	-	4.032	-
Fernão Dias S.A. (d)	-	(1.571)	-	(576)
Total	(120.415)	(10.722)	(43.692)	(9.601)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.

b) Decorrentes da 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2^a, 3^a e 4^a serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024; o título da 5^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro de 2024 e o título da 6^a será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano entre a data de emissão e o dia 31 de março de 2021 e *spread* de 1,6% ao ano entre o dia 01 de abril de 2021 e o dia 31 de dezembro de 2024, que é a data de vencimento do principal e juros. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

c) Juros com partes relacionadas no valor de R\$3.319 referentes aos mútuos.

d) Refere-se a reembolso de rateios de funcionários da Gerência Financeira e Gerência Jurídica.

Notas Explicativas**DEBÊNTURES PRIVADAS**

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	72.004	66.752	72.004	50.987
03.07.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	12.000	10.536	12.000	7.981
19.10.2015	31.12.2024	CDI + 1,5% a.a.	35.000	28.193	35.000	21.054
21.05.2018	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	280.000	65.039	280.000	29.013
22.03.2021	31.12.2024	CDI + 1,6% a.a.	408.030	62.507	366.030	13.805
			<u>807.034</u>	<u>233.027</u>	<u>765.034</u>	<u>122.840</u>

Passivos Circulante e Não Circulante	31.12.2022		31.12.2021	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	887.874	887.874	764.357	764.357
Captações/Liberação	42.000	42.000	82.952	82.952
Juros provisionados	129.631	129.631	47.724	47.724
IR retido	(19.444)	(19.444)	(7.159)	(7.159)
Saldo final	<u>1.040.061</u>	<u>1.040.061</u>	<u>887.874</u>	<u>887.874</u>

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.940 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2021) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual sem encargos em até R\$1.250 (R\$1.500 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como

Notas Explicativas

contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.926 e R\$1.920.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA consolidado e por Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2022</u>
Cíveis	31.084	5.669	(3.393)	(2.268)	1.688	32.780
Trabalhistas	211	462	(434)	(125)	1	115
Regulatório	21.726	2.114	(24.315)	(787)	1.262	-
Total	<u>53.021</u>	<u>8.245</u>	<u>(28.142)</u>	<u>(3.180)</u>	<u>2.951</u>	<u>32.895</u>

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	28.570	6.099	(4.793)	(1.834)	3.042	31.084
Trabalhistas	248	448	(221)	(264)	-	211
Regulatório	18.340	5.122	(5.287)	(785)	4.336	21.726
Total	<u>47.158</u>	<u>11.669</u>	<u>(10.301)</u>	<u>(2.883)</u>	<u>7.378</u>	<u>53.021</u>

Após a assinatura do termo aditivo do contrato de concessão em 15 de junho de 2022, o saldo provisionado referente a multas regulatórias foi baixado contra o ativo financeiro conforme previsto na Lei 13.448/17 e mencionado na nota explicativa 9.d.

A Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Notas Explicativas

<u>Possíveis</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	4.577	4.340
Trabalhistas	626	626
Regulatório	-	5.556
Fiscal	5.421	4.536
Total	<u>10.624</u>	<u>15.058</u>

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$568 em 31 de dezembro de 2022 (R\$709 em 31 de dezembro de 2021) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>Circulante Manutenção em rodovia</u>	<u>Não circulante Manutenção em rodovia</u>	<u>Total Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2021	35.000	28.502	63.502
Adições/Reversões	30.622	8.048	38.670
Utilizações	(34.901)	-	(34.901)
Ajuste a valor presente	2.841	1.405	4.246
Transferências	28.054	(28.054)	-
Saldo em 31.12.2022	<u>61.616</u>	<u>9.901</u>	<u>71.517</u>

	<u>Circulante Manutenção em rodovia</u>	<u>Não circulante Manutenção em rodovia</u>	<u>Total Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2020	25.924	34.026	59.950
Adições/Reversões	3.110	22.023	25.133
Utilizações	(24.316)	-	(24.316)
Ajuste a valor presente	1.251	1.484	2.735
Transferências	29.031	(29.031)	-
Saldo em 31.12.2021	<u>35.000</u>	<u>28.502</u>	<u>63.502</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$29.436 (R\$25.255 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$1.034.789, composto por 658.918.293 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizados pelo valor de R\$1.034.789.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Receita de serviços prestados	220.755	261.464
Receita de serviços de construção	55.805	75.940
Outras receitas	2.332	2.138
Remuneração do ativo financeiro (*)	124.443	-
Receita bruta	403.335	339.542
ISSQN	(14.530)	(13.130)
PIS	(1.903)	(1.713)
COFINS	(8.782)	(7.906)
Outras deduções	(169)	(79)
Receita líquida	377.951	316.714

Notas Explicativas

(*) Remuneração do ativo financeiro reconhecido em razão do processo de relicitação, conforme previsto no artigo 12 da Resolução 5.860/2019 que prevê que os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão.

21. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custos:		
Com pessoal	(21.860)	(21.144)
Serviços de terceiros	(18.961)	(18.721)
Conservação	(16.144)	(15.929)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(794)	(827)
Consumo	(5.192)	(4.719)
Transportes	(3.895)	(2.812)
Verba de fiscalização	(6.094)	(5.545)
Seguros / Garantias	(2.158)	(2.031)
Provisão de manutenção em rodovias	(38.670)	(25.133)
Custos de serviços da construção	(55.805)	(75.940)
Depreciação / Amortização	(114.123)	(151.286)
Outros	(901)	(1.103)
Total	<u>(284.597)</u>	<u>(325.190)</u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(10.563)	(10.089)
Serviços de terceiros	(2.468)	(2.098)
Manutenção de bens e conservação	(1.003)	(1.025)
Consumo	(795)	(1.051)
Transportes	(146)	(22)
Seguros/Garantias	(24)	(24)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19.897	(1.368)
Comunicação e marketing	(307)	(322)
Indenizações a terceiros	(45)	-
Publicações legais	(159)	(289)
Depreciação / Amortização	(806)	(960)
Outros	(13.521)	(741)
Total	<u>(9.940)</u>	<u>(17.989)</u>

Notas Explicativas**22. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	765	471
Créditos fiscais	<u>39</u>	<u>6</u>
Total	<u><u>804</u></u>	<u><u>477</u></u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(136.846)	(71.380)
Atualização monetária - excedente tarifário	(1.587)	-
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.118)	(3.652)
Outras despesas	<u>(4.966)</u>	<u>(9.111)</u>
Total	<u><u>(148.517)</u></u>	<u><u>(84.143)</u></u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Variação cambial	-	(37)
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>(37)</u></u>

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamento incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$159.434, o montante de R\$13.986 referente ao período de julho a dezembro foi reclassificado para despesas operacionais e do montante de R\$13.030 dos juros capitalizados reconhecidos como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimentos, R\$1.817 referente ao período de julho a dezembro foi reclassificado para despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 do total de R\$79.621 dos juros de empréstimos e financiamento incorridos R\$8.241 foi reconhecido como adição da infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimentos.

Notas Explicativas**23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Informações suplementares**

	31.12.2022	31.12.2021
Total das adições de intangível e Infraestrutura em construção	70.230	84.937
Total das adições de imobilizado	1.482	-
Juros capitalizados - Debêntures Privadas	(9.216)	(4.032)
Juros capitalizados - Financiamentos	(3.814)	(4.209)
	<u>58.682</u>	<u>76.696</u>
Aquisição (adições)	(58.682)	(76.696)
Fornecedores	7.142	(6.803)
Obrigações fiscais	(78)	(1.163)
Contas a pagar - partes relacionadas	(53)	(8.254)
Cauções contratuais	(745)	(4.521)
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(34.901)	(24.316)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(87.317)</u>	<u>(121.753)</u>
Fluxo de caixa do imobilizado	1.482	-
Fluxo de caixa do intangível	85.835	121.753
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>87.317</u>	<u>121.753</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(28.635)	(45.057)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(1.150.520)	(90.720)
Número de ações durante exercício	658.918	658.918
Prejuízo por ação	<u>(1,7461)</u>	<u>(0,1377)</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	4.844	4.844	5.594	5.594
Aplicação financeira	Nível 2	1	3.811	3.811	2.167	2.167
Contas a receber	Nível 2	2	17.564	17.564	16.084	16.084
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	-	-	4.158	4.158
Outros créditos	Nível 2	2	2.539	2.539	2.517	2.517
Ativo financeiro	Nível 2	2	747.957	747.957	-	-
			<u>776.715</u>	<u>776.715</u>	<u>30.520</u>	<u>30.520</u>
Financiamentos (**)	Nível 2	2	319.730	319.730	410.272	410.272
Debentures privadas - partes relacionadas	Nível 2	1	1.040.061	1.040.061	887.874	887.874
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	2.801	2.801	2.454	2.454
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	23.009	23.009	19.077	19.077
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	512	512	464	464
Outras contas a pagar	Nível 2	2	2.345	2.345	639	639
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) (***)	Nível 2	1	10.964	10.964	11.657	11.657
			<u>1.399.422</u>	<u>1.399.422</u>	<u>1.332.437</u>	<u>1.332.437</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não é escopo do CPC 48

Notas Explicativas

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como ativo financeiro, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Receita de aplicações financeiras	774	967	1.160	580
Juros a incorrer - Debêntures privadas (*)	(143.511)	(175.802)	(208.094)	(111.120)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(142.737)</u>	<u>(174.835)</u>	<u>(206.934)</u>	<u>(110.540)</u>
 TJLP	 7,37%	 9,21%	 11,06%	 5,53%
Juros a incorrer - BNDES (*)	<u>(32.148)</u>	<u>(38.222)</u>	<u>(44.296)</u>	<u>(26.075)</u>
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(32.148)</u>	<u>(38.222)</u>	<u>(44.296)</u>	<u>(26.075)</u>
 Juros a incorrer líquido no resultado	 <u>(174.885)</u>	 <u>(213.057)</u>	 <u>(251.230)</u>	 <u>(136.615)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 30 de dezembro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de

Notas Explicativas

pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$15.688 (R\$14.290 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos Ltda., Conectcar - ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais - Move Mais Meios de Pagamento Ltda, Veloe - Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Greenpass - Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$1.150.520 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$90.720 em 31 de dezembro de 2021). Com o advento dos impactos ocasionados após a assinatura do 2º termo aditivo referente a relicitação, o patrimônio líquido ficou descoberto em R\$507.787 (em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido não estava descoberto e foi de R\$642.733). Em 31 de dezembro de 2022 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$177.013 (R\$138.804 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais							
Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos
BNDES automático	7,35%	319.730	363.716	20.611	103.054	123.665	116.386
Arrendamento mercantil a pagar	9,36%	10.964	11.927	805	4.023	4.116	2.983
Partes relacionadas	3,89%	1.040.061	1.040.061	-	-	-	1.040.061
Fornecedores e cauções contratuais	-	23.009	23.009	14.070	8.939	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	2.801	2.801	2.801	-	-	-
Outras contas a pagar	-	2.345	2.345	2.345	-	-	-
		1.398.910	1.443.859	40.632	116.016	127.781	1.159.430

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia (*) Por sinistro	Garantia de execução do Contrato de Concessão	108.806

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de dezembro de 2022 é de R\$26.977 (R\$20.451 em 31 de dezembro de 2021).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Integralizações

Abaixo a relação de integralizações da 6ª emissão de debêntures privada entre a Arteris e a Sociedade, conforme demonstrado na nota 16 (b):

Data	Aprovação	Valor integralizado	Data vencimento
05/01/2023	AGE	3.000	31.12.2024
20/01/2023	AGE	3.800	31.12.2024
06/02/2023	AGE	3.000	31.12.2024
		9.800	

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
Niterói – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, pelo fato de que em 15 de junho de 2022 a Autopista Fluminense S.A. celebrou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão em decorrência do processo de relicitação, previsto na Lei nº 13.448/17, do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses contados a partir de 15 de junho de 2022. Nossa conclusão não está ressalvada em relação em assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.3.2 e 12 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

- (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;

- (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;

- (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;

- (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;

- (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e

- (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis

tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ativo financeiro indenizável

Veja as notas explicativas 1 e 9 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém o montante de R\$ 747.957 mil referente a ativo financeiro de bens reversíveis e indenizáveis que representam um direito contratual de receber caixa do Poder Concedente, relativo ao contrato de concessão, conforme 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva.

Esse 2º Termo Aditivo estabelece que quando extinta a concessão existe direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura, e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.

A administração da Sociedade exerceu julgamentos para determinar o montante dos investimentos não amortizados sujeitos a indenização e que foram, consequentemente, reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto e os julgamentos realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas com conhecimento na Lei nº 13.448/17 (Deal Advisory & Strategy):

- (i) Das bases contábeis dos ativos indenizáveis quanto a expectativa de indenização destes frente a Lei nº 13.448/17 e aos critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019;

- (ii) No recálculo do valor presente dos respectivos valores líquidos a serem indenizados;

- Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam o ativo financeiro indenizável reconhecido, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento; e

- Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o montante reconhecido como ativo financeiro dos bens reversíveis e indenizáveis bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 16 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FLUMINENSE S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 09.324.949/0001-11, com sede na Rua XV de Novembro, N° 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro Cep.: 24.020-125, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Niterói, 16 de Fevereiro de 2023.

Alisson de Almeida Freire - Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Andre Giavina Bianchi - Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza - Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FLUMINENSE S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 09.324.949/0001-11, com sede na Rua XV de Novembro, N° 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro, Cep.: 24.020-125, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Niterói, 16 de Fevereiro de 2023.

Alisson de Almeida Freire - Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Andre Giavina Bianchi - Diretor Executivo de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretor de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza - Diretor de Manutenção